

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia (STARQ), "no âmbito do projeto de valorização do conjunto arqueológico conservado no Claustro da Sé de Lisboa, em curso, foram identificadas estruturas de extraordinário valor patrimonial, histórico e arqueológico, correspondentes à antiga mesquita de Al-Usbuna." Acrescentam ainda que "a DGPC autorizou a desmontagem desses importantes elementos patrimoniais" representando esta situação "um enorme atentado ao património cultural de Lisboa e de todo o país".

De acordo com várias notícias nos meios de comunicação, a identificação dos muros terá sido em 2018 e "entre a primeira identificação dos muros e o pedido da DGPC ao arquiteto para que alterasse o projeto decorreram cinco meses", acabando por ser o empreiteiro, a recusar-se a continuar o projeto. De acordo com a DGPC "em agosto de 2019, foi aprovado pela DGPC o projeto de alterações do núcleo museológico projetado para o Claustro da Sé de Lisboa, de forma a integrar o conjunto de vestígios arqueológicos relacionados com a suposta mesquita aljama de Lisboa, identificados no decurso das obras de requalificação e valorização daquela área específica do Monumento Classificado."

Entretanto conhece-se, por parte da DGPC a decisão da desmontagem desses elementos, apontando "que a sua preservação in situ não é compatível com a execução da obra em curso, colocando em risco a estabilidade estrutural de parte substancial da ala sul do claustro da sé patriarcal (Monumento Nacional), e pondo em causa a proposta implementação do projeto reformulado e o investimento associado", contudo, de acordo com notícias vindas a público "a DGPC autorizou a destruição de sete dos nove compartimentos para não ter de pedir uma nova alteração ao projeto do núcleo museológico".

A mobilização sobre esta matéria levou já à apresentação de uma petição online que em poucas horas tem já mais de 750 assinaturas e cujo o intuito é que seja discutida e avaliada uma alternativa ao projeto arquitetónico de modo a preservar todo o complexo.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais devidamente aplicáveis, solicita-

se a V.^a Ex.^a que possa remeter ao Governo, por intermédio do Ministério da Cultura, a seguinte questão:

1. Considerando a importância desta descoberta a nível patrimonial, histórico e arqueológico para a cidade de Lisboa e para o país, já que, de acordo com os especialistas, não existe nada de parecido em Portugal, quais os motivos para que não se avalie e aprove um novo projeto que permita a preservação de todo o complexo?

2. Pondera solicitar uma revisão do projeto de forma a salvaguardar a totalidade da estrutura arqueológica correspondente à antiga mesquita de Al-Usbuna?

Palácio de São Bento, 29 de setembro de 2020

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)

ALMA RIVERA(PCP)

DUARTE ALVES(PCP)